

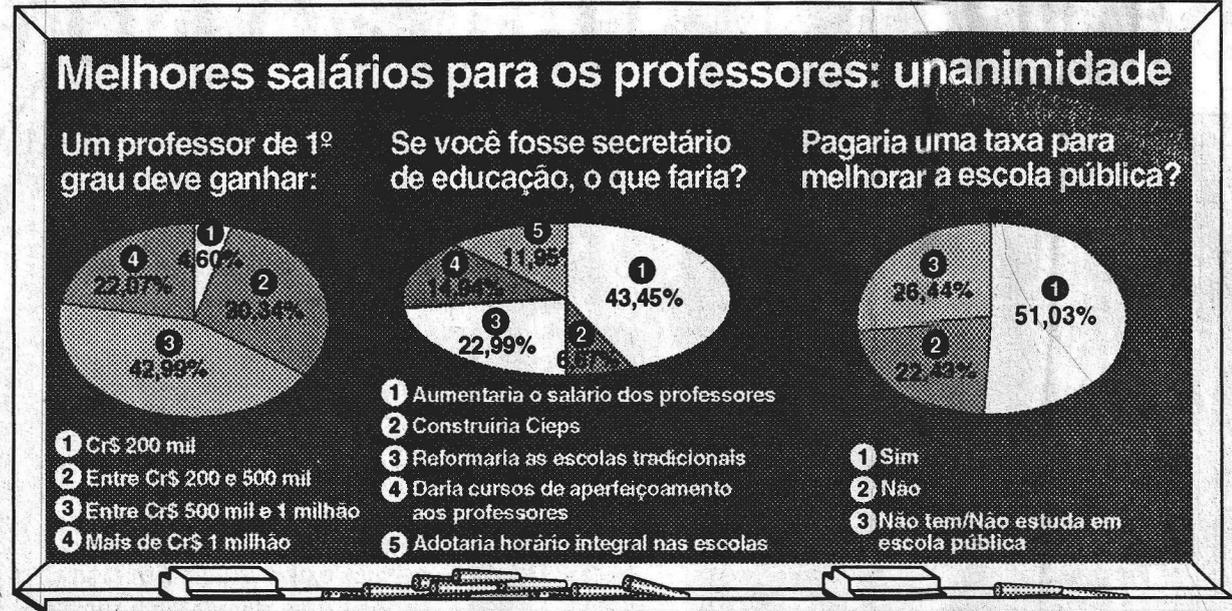
# Pais querem pagar por escola pública melhor

Jane/Editoria de Arte

ÉLIDA VAZ e  
TANIA NEVES

Sem mais esperanças de ver Estado e município levarem a sério a educação pública e cada vez mais impedidos de chegar às escolas particulares, os moradores do Grande Rio começam a tomar para si obrigações dos governantes e investem do próprio bolso nas escolas. Aceitam o direito de greve dos professores por melhores salários (73,3%) e se mostram até dispostos a pagar uma taxa extra para que os professores ganhem melhor e as escolas sejam mais bem cuidadas (51,03%). Se pudessem interferir na política educacional do Estado, reformariam e ampliariam as escolas convencionais da rede pública (22,99%) em vez de construir Cieps. As prioridades foram apontadas em pesquisa realizada no dia 20 de março pelo INFOGLOBO — Informações de Mercado e Opinião — junto a 435 moradores da capital e da Baixada Fluminense.

Apenas 6,67% das pessoas ouvidas apontaram a construção de Cieps como prioridade. Mesmo na Zona Oeste, onde estudam mais da metade dos cerca de 600 mil alunos das escolas municipais e funcionam 28 dos 72 Cieps da rede, o Programa Especial de Educação, desenvolvido pelo Governo do Estado e pela Prefeitura, não desperta entusiasmo. Só 1,43% dos 70 consultados naquela região priorizariam a construção de Cieps, caso fossem secre-



tários de educação. A opção clara pela reforma das escolas convencionais já é vista na prática: a cada dia mais e mais escolas são consertadas ou ganham equipamentos por conta dos esforços das associações de pais.

— Entre esperar pela reforma prometida pela prefeitura e arregañar as mangas, a comunidade preferiu cuidar ela mesma da pintura e de parte da manutenção da escola — conta Agenor Nunes, diretor da escola municipal Porto Rico, de Copacabana.

Do lado oficial, as providências chegam com muita lentidão. Das mil escolas que comanda, o município reformou 185 nos últi-

mos três anos e promete restaurar outras 245 neste ano de despedida de Marcello Alencar. O Estado diz ter construído 19 escolas tradicionais e reformado 424 no ano passado.

Na opinião dos entrevistados, os responsáveis pela baixa qualidade do ensino público são o governador Leonel Brizola (40,79%) e o presidente Fernando Collor (38,40%). Já os professores são responsabilizados pelo fracasso do ensino por 11,57% das pessoas ouvidas na pesquisa, enquanto os alunos são citados por 1,69%. Os professores, de acordo com a maioria das pessoas consultadas (73,33%), têm direito de entrar em greve para

reivindicar melhores salários e merecem ganhar entre Cr\$ 500 mil e Cr\$ 1 milhão. De fato, a baixa remuneração tem afastado muitos professores: somente nos últimos 12 meses, o Estado recebeu 554 pedidos de exoneração. O município não divulgou seus números.

A qualidade do ensino público é questionado por quase 60% dos entrevistados, que afirmam não conhecer qualquer escola pública de qualidade. Nas regiões mais carentes, como as Zonas Norte e Oeste e a Baixada os moradores dizem preferir que seus filhos estudem em escolas particulares (76,29%).